

Demonstrações Financeiras

Individuais

BRAM - Bradesco Asset Management S.A
Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

2022



Sumário

Relatório da Administração ... 2

Demonstrações financeiras ... 3

Balanço Patrimonial ... 3

Demonstração do Resultado Acumulado ... 5

Demonstração do Resultado Abrangente Acumulado ... 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 7

Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulado ... 8

Notas Explicativas da Administração ... 9

Relatório do Auditor Independente ... 30

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, da BRAM – Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BRAM ou Instituição), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A BRAM, gestora privada de fundos de investimento do Brasil, une a experiência de mais de 79 anos do Banco Bradesco S.A. aos seus especialistas na gestão de fundos e carteiras administradas. Oferece soluções de investimentos diferenciadas e adequadas a todos os perfis de clientes, garantindo o mais alto padrão de qualidade em serviços.

No final de 2022, a BRAM possuía sob gestão R\$ 650 bilhões distribuídos em 1.786 fundos de investimento e 454 carteiras administradas, atendendo um total de 3,7 milhões de investidores.

No exercício de 2022, a BRAM registrou lucro líquido de R\$ 133 milhões, patrimônio líquido de R\$ 1.064 milhões e ativos totais R\$ 1.241 milhões, proporcionando rentabilidade anualizada de 12,46%.

A política de dividendos da Instituição assegura aos acionistas, o dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, de 1% do lucro líquido ajustado, conforme previsto em seu estatuto social. A Instituição não possui acordo de acionistas relativo à política de reinvestimento de lucros.

Em 08 de julho de 2022 o Banco Central do Brasil homologou a alteração contratual de 29 abril de 2022, que deliberou o aumento de Capital Social em R\$ 50 milhões, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de “Reserva de Lucros – Estatutária”, sem emissão de ações.

Agradecemos aos nossos clientes o apoio e confiança, e aos nossos funcionários e colaboradores a dedicação ao trabalho.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL

	Nota	R\$ mil	
		Em 31 de dezembro	
		2022	2021
Ativo			
Disponibilidades	04	-	2.246
Instrumentos financeiros		1.190.340	1.050.776
Títulos e valores mobiliários	05a	1.145.821	1.013.555
Outros instrumentos financeiros ativos	06	44.519	37.221
Créditos tributários	21c	36.404	36.241
Imobilizado de uso	07	16.011	15.965
Intangível	08	10.160	10.123
Depreciações e amortizações		(16.584)	(14.945)
Imobilizado de uso	07	(7.885)	(7.129)
Intangível	08	(8.699)	(7.816)
Outros ativos	09	4.980	7.268
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos		(100)	(100)
Total do ativo		1.241.211	1.107.574
Passivo			
Provisões		99.971	91.187
Outras provisões	10	99.272	91.187
Impostos diferidos	21e	699	440
Outros passivos	12	77.572	83.523
Total do passivo		177.543	175.150
Patrimônio líquido			
Capital social	13a	480.000	430.000
Reservas de lucros	13c	583.668	502.424
Total do patrimônio líquido		1.063.668	932.424
Total do passivo e patrimônio líquido		1.241.211	1.107.574

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Semestre 2022	R\$ mil	
			Acumulado em 31 de dezembro	
			2022	2021
Receitas da intermediação financeira		71.307	124.487	41.642
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	05b	71.307	124.487	41.642
Resultado bruto da intermediação financeira		71.307	124.487	41.642
Outras receitas/(despesas) operacionais		28.826	98.746	128.794
Receitas de prestação de serviços	14	173.102	345.004	369.926
Despesas de pessoal	15	(95.368)	(183.307)	(157.694)
Outras despesas administrativas	16	(33.521)	(56.910)	(51.905)
Despesas tributárias	17	(14.788)	(29.051)	(31.087)
Outras receitas operacionais	18	639	24.717	1.698
Outras despesas operacionais	19	(1.090)	(1.472)	(1.677)
Despesas de provisões		(148)	(235)	(467)
- Trabalhistas	11b	-	(48)	(83)
- Cíveis	11b	(97)	(97)	(384)
- Outros		(51)	(90)	-
Resultado operacional		100.133	223.233	170.436
Resultado não operacional	20	(2)	(2)	(65)
Resultado antes da tributação sobre o lucro		100.131	223.231	170.371
Imposto de renda e contribuição social	21	(41.081)	(90.729)	(72.529)
Lucro líquido		59.050	132.502	97.842
Lucro por ação em R\$		6,33	14,21	10,50

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Lucro líquido do período	59.050	132.502	97.842
Itens que podem ser reclassificados para o resultado	-	-	-
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	-	-	-
Resultado abrangente do período	59.050	132.502	97.842

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	R\$ mil					
	Capital social	Aumento de capital a realizar	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Totais
			Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	364.724	-	34.611	436.176	-	835.511
Aumento de capital com reservas	65.276	-	-	(65.276)	-	-
Lucro líquido	-	-	-	-	97.842	97.842
Destinações:						
- Reservas	-	-	4.892	92.021	(96.913)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	-	(929)	(929)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	430.000	-	39.503	462.921	-	932.424
Aumento de capital com reservas	50.000	-	-	(50.000)	-	-
Lucro líquido	-	-	-	-	132.502	132.502
Destinações:						
- Reservas	-	-	6.625	124.619	(131.244)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	-	(1.258)	(1.258)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	480.000	-	46.128	537.540	-	1.063.668
Saldos em 30 de junho de 2022	430.000	50.000	43.176	482.003	-	1.005.179
Aumento de capital com reservas	50.000	(50.000)	-	-	-	-
Lucro líquido	-	-	-	-	59.050	59.050
Destinações:						
- Reservas	-	-	2.952	55.537	(58.489)	-
- Dividendos propostos	-	-	-	-	(561)	(561)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	480.000	-	46.128	537.540	-	1.063.668

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	100.132	223.231	170.371
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos:	1.439	2.782	2.957
Depreciações e amortizações	1.049	2.105	2.241
Constituição e atualização de processos trabalhistas, cíveis e fiscais	339	587	694
Outros	51	90	22
Lucro líquido ajustado antes dos impostos	101.571	226.013	173.328
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários	(120.271)	(132.265)	(128.950)
(Aumento)/redução em outros instrumentos financeiros ativos	(9.711)	(7.298)	6.016
(Aumento)/redução em outros ativos	4.499	2.288	(295)
Aumento/(redução) em outras provisões	36.010	7.410	(28.468)
Aumento/(redução) em outros passivos	399	(80.448)	3.641
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.798)	(16.468)	(21.044)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais	(1.301)	(769)	4.228
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado de uso	(248)	(511)	(50)
Alienação de imobilizado de uso	-	-	135
Aquisição de intangível	(23)	(37)	(1.006)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimentos	(271)	(548)	(921)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	-	(929)	(1.071)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de financiamento	-	(929)	(1.071)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.572)	(2.246)	2.236
Caixa e equivalentes de caixa - início do período	1.572	2.246	10
Caixa e equivalentes de caixa - fim do período	-	-	2.246
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	(1.572)	(2.246)	2.236

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A BRAM – Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BRAM ou Instituição) tem como objetivo praticar operações e atividades atinentes às disposições legais e regulamentares aplicáveis às sociedades da espécie, inclusive a administração de carteira de valores mobiliários por intermédio de carteiras administradas, fundos de investimentos e outros assemelhados, além da execução de outros serviços ou atividades correlacionados à administração de recursos, podendo, para tal fim, celebrar convênios, bem como comprar e vender participações societárias e participar como sócia ou acionista de outras Sociedades.

É parte integrante da Organização Bradesco (Organização), sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se dos seus recursos administrativos e tecnológicos. Suas demonstrações financeiras devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, incluindo as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras da Instituição evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os exercícios.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 09 de março de 2023.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos exercícios em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Esses recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Títulos e valores mobiliários - Classificação

- Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do exercício;
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não

estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

e) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica “Créditos Tributários”, e a provisão para as obrigações fiscais diferidas sobre atualização de depósitos judiciais, é registrada na rubrica “Impostos Diferidos”.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada a alíquota de 15%. Em 28 de abril de 2022, foi publicada a Medida Provisória nº 1.115 (“MP”), convertida na Lei nº 14.446, em 19 de setembro de 2022, que elevou a alíquota da contribuição social sobre o Lucro Líquido em um ponto percentual, durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

f) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10% ao ano; sistemas de transporte - 10% a 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados - 20% a 40% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

g) Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É composto por:

Software: são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para

uso, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Gastos com o desenvolvimento interno de software são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

h) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos, que estão sujeitos à amortização ou depreciação, são revisados para verificar seu valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo ou o valor contábil da sua Unidade Geradora de Caixa (UGC) sobre seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo deduzido os custos de venda.

Para finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são aglutinados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos (UGC). Para finalidade de testar o valor recuperável do ágio, sujeito a um teste de teto de segmento operacional, as UGCs para as quais o ágio foi alocado são agregadas de maneira que o nível no qual o teste de valor recuperável é aplicado, reflete o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de reporte interno.

Ao avaliar o valor em uso, são utilizadas as projeções de resultados futuros baseados nos planos de negócio e orçamento, e os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando-se uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou UGC. Ativos corporativos da Organização não geram fluxos de caixa separados e são utilizados por mais de uma UGC. Esses ativos são alocados às UGCs em uma base razoável e consistente, e testados para redução ao valor recuperável como parte do teste da UGC para o qual o ativo está alocado.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC) e, subsequentemente, na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de modo *pro rata*.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09 e de acordo com a Carta Circular nº 3.429/10 sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base *pro rata dia*).

I - Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registrados nos resultados de acordo com o regime da competência.

Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

k) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

l) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Os eventos subsequentes, quando existirem, são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 - Eventos Subsequentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.973/11.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Disponibilidades em moeda nacional	-	2.246
Total de disponibilidades (caixa)	-	2.246

5) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**a) Classificação da carteira por categoria**

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Carteira própria – títulos para negociação	1.145.821	1.013.555
Cotas de fundos de investimentos (1)	1.145.821	1.013.555
Total	1.145.821	1.013.555

(1) Montante aplicado em fundos exclusivos para integrantes da Organização Bradesco.

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Títulos de renda fixa	71.307	124.487	41.642
Total	71.307	124.487	41.642

c) Instrumentos financeiros derivativos

A BRAM não operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

6) OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Taxa de gestão de fundos de investimento	36.736	30.197
Devedores por depósito em garantia	7.017	6.582
Tarifa de administração de carteiras	765	433
Outros	1	9
Total	44.519	37.221

7) IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado ao custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	R\$ mil				
	Taxa	Custo	Depreciação	Custo líquido de depreciação	
				Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	10.532	(3.024)	7.508	8.401
Sistema de processamento de dados	20%	4.665	(4.171)	494	289
Sistema de segurança e comunicação	10%	814	(690)	124	146
Total em 2022		16.011	(7.885)	8.126	
Total em 2021		15.965	(7.129)		8.836

8) INTANGÍVEL

	R\$ mil				
	Taxa (1)	Custo	Amortização	Custo líquido de amortização	
				Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Software (2)	20%	10.160	(8.699)	1.461	2.307
Total em 2022		10.160	(8.699)	1.461	
Total em 2021		10.123	(7.816)		2.307

(1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico e contabilizada como outras despesas administrativas;

(2) Softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por empresas especializadas.

9) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Impostos e contribuições a compensar	3.692	5.985
Adiantamentos e antecipações salariais	402	381
Despesas antecipadas	786	786
Certificados de investimento (1)	100	100
Obras de arte	-	16
Total	4.980	7.268

(1) Saldo totalmente provisionado no balanço patrimonial.

10) OUTRAS PROVISÕES

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Provisão para pagamentos a efetuar	92.648	85.239
Provisões fiscais	4.000	3.702
Provisões trabalhistas	1.312	1.120
Provisões cíveis	97	-
Outras	1.215	1.126
Total	99.272	91.187

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras”, em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das medias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de “ponto eletrônico” e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as

ações oriundas de ex-funcionários da BRAM não tem valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem, em curso, processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

III - Provisão para riscos fiscais

A Instituição vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos. Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV - Movimentação das provisões

	R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais (1)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.120	-	3.702
Atualização monetária	144	-	298
Constituições líquidas de reversões e baixas	48	97	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.312	97	4.000

(1) Compreende, substancialmente, Autuações de INSS sobre Aportes em Previdência Privada.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Instituição mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2022, R\$ 68.422 mil (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 65.007 mil) para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuações de INSS - Anos-bases de 2007 a 2009 e 2014 a 2015 relativos a valores pagos a título de Participação nos Lucros ou Resultado - PLR e aportes em planos de previdência privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas às incidências de tais contribuições, cujo total monta em R\$ 48.519 mil (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 44.976 mil); e

- Autuações de IRPJ e CSLL - Anos-bases de 2007 a 2010 relativos a valores lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos, cujo total monta em R\$ 19.386 mil (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 18.256 mil).

12) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	67.037	65.515
Impostos e contribuições a recolher	7.665	13.358
Sociais e estatutárias	1.258	929
Outros	1.612	3.721
Total	77.572	83.523

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social, no montante de R\$ 480.000 mil (em 31 de dezembro de 2021 – R\$ 430.000 mil) totalmente subscrito e integralizado, é composto por 9.322.059 (em 31 de dezembro de 2021 – 9.322.059) ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações		R\$ mil	
	2022	2021	2022	2021
Início do período	9.322.059	9.322.059	430.000	364.724
Aumento de capital com reserva (1) (2)	-	-	50.000	65.276
Final do período	9.322.059	9.322.059	480.000	430.000

(1) Em 08 de julho de 2022 o Banco Central do Brasil homologou a alteração contratual de 29 abril de 2022, que deliberou o aumento de Capital Social em R\$ 50.000 mil, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de “Reserva de Lucros – Estatutária”, sem emissão de ações.

(2) Em 16 de agosto de 2021 o Banco Central do Brasil homologou a alteração contratual de 15 de junho de 2021, que deliberou o aumento de Capital Social em R\$ 65.276 mil, mediante a capitalização de parte do saldo da conta de “Reserva de Lucros – Estatutária”, sem emissão de ações.

c) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Reservas de lucros	583.668	502.424
Reserva Legal (1)	46.128	39.503
Reservas Estatutárias (2)	537.540	462.921

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido acumulado no exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. No caso de o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite previsto, a AGO deliberará sobre o excesso por meio da integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada período, que somados não seja inferior a 1% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

O cálculo dos dividendos relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2022 está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido	132.502	
(-) Reserva legal – 5% sobre o lucro	(6.625)	
Base de cálculo	125.877	
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2022	1.258	1%
Dividendos propostos em 31 de dezembro de 2021	929	1%

e) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Instituição, pela quantidade da média ponderada de Ações.

14) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Gestão de recursos de terceiros	173.102	345.004	369.926
Total	173.102	345.004	369.926

15) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Proventos	63.691	122.987	108.595
Encargos sociais	21.119	40.976	35.210
Benefícios	10.382	18.939	13.495
Treinamento	176	405	394
Total	95.368	183.307	157.694

16) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Serviços de terceiros	15.427	27.651	24.251
Propaganda, promoções e publicidade	5.200	7.039	6.575
Processamento de dados	3.627	6.492	6.256
Aluguéis	2.647	4.926	3.737
Depreciações e amortizações	1.049	2.105	2.241
Serviços técnicos especializados	1.051	1.880	3.856
Viagens	699	872	18
Contribuições filantrópicas	645	645	536
Manutenção e conservação de bens	154	301	262
Transportes	82	142	104
Despesas de material	30	69	41
Outras	2.836	4.220	4.028
Total	33.521	56.910	51.905

17) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Contribuição à Cofins	9.671	18.598	16.318
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	3.462	6.900	8.711
Impostos e taxas	83	531	3.406
Contribuição ao PIS	1.572	3.022	2.652
Total	14.788	29.051	31.087

18) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Reversão de provisões	78	23.539	1.134
Atualização de depósito	357	646	218
Outras receitas financeiras	93	401	255
Recuperação de encargos e despesas	111	131	91
Total	639	24.717	1.698

19) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Despesas financeiras	620	688	745
Atualizações monetárias passivas	166	298	98
Ressarcimentos a clientes	193	240	17
Outras provisões	76	144	254
Despesas gerais	35	102	563
Total	1.090	1.472	1.677

20) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Prejuízo na alienação de outros valores e bens	(2)	(2)	(65)
Total	(2)	(2)	(65)

21) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	100.131	223.231	170.371
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(40.052)	(89.292)	(68.148)
Efeito no cálculo dos tributos:			
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(1.224)	(1.779)	(1.053)
Outros valores	195	342	(3.328)
Imposto de renda e contribuição social do período	(41.081)	(90.729)	(72.529)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil		
	2º Semestre 2022	Acumulado em 31 de dezembro	
		2022	2021
Impostos correntes:			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(56.551)	(90.633)	(84.423)
Impostos diferidos:			
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	15.470	(96)	11.894
Total dos impostos diferidos	15.470	(96)	11.894
Imposto de renda e contribuição social do período	(41.081)	(90.729)	(72.529)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Constituição	Realização	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Provisão para participação nos lucros/bonificações	29.764	9.539	(6.590)	32.713
Provisões fiscais	1.231	119	-	1.350
Provisões trabalhistas	448	77	-	525
Provisões cíveis	-	39	-	39
Outros	4.798	1.074	(4.095)	1.777
Total dos créditos tributários	36.241	10.848	(10.685)	36.404
Obrigações fiscais diferidas (Nota 21e)	440	259	-	699
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	35.801	10.589	(10.685)	35.705

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	R\$ mil		
	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2023	140	84	224
2024	140	84	224
2025	140	84	224
2026	140	84	224
2027	21.690	13.014	34.704
2028	134	80	214
2029	134	80	214
2030	13	8	21
2031	13	8	21
2032	209	125	334
Total	22.753	13.651	36.404

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 31.304 mil (em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 35.526 mil) de diferenças temporárias.

Todos os créditos tributários da BRAM foram devidamente ativados.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Constituição	Realização	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Atualização de depósitos judiciais	440	259	-	699
Total dos impostos diferidos (Nota 21c)	440	259	-	699

22) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a resolução nº 4.818/20 do CMN. A Instituição faz parte da Organização Bradesco, que dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil			
	Controlador		Coligadas	
	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021	Em 31 de dezembro de 2022	Em 31 de dezembro de 2021
Ativos				
Disponibilidades (1)	-	2.246	-	-
Passivos				
Dividendos a pagar (2)	1.258	929	-	-

	R\$ mil			
	Acumulado em 31 de dezembro			
	Controlador		Coligadas	
	2022	2021	2022	2021
Receitas de prestação de serviço	-	-	-	21.231
Despesas com serviços prestados (1)	(141)	(743)	-	-

(1) Controlador Indireto – Banco Bradesco S.A.; e

(2) Controlador Direto – Banco Bradesco BBI S.A.

23) BALANÇO POR PRAZO

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Caixa e equivalentes a caixa	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros	1.183.369	-	-	6.971	-	1.190.340
Títulos e valores mobiliários	1.145.821	-	-	-	-	1.145.821
Outros Instrumentos financeiros	37.548	-	-	6.971	-	44.519
Créditos tributários	-	111	111	36.182	-	36.404
Imobilizado de uso	72	360	432	7.262	-	8.126
Intangível	24	120	144	1.173	-	1.461
Outros ativos	167	-	-	4.813	-	4.980
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(100)	-	-	-	-	(100)
Total em 31 de dezembro de 2022	1.193.023	111	111	47.966	-	1.241.211
Total em 31 de dezembro de 2021	259.576	317.049	19.758	511.191	-	1.107.574
Passivo						
Provisões	6.651	67	82.866	9.688	-	99.272
Outras provisões	6.651	67	82.866	9.688	-	99.272
Impostos diferidos	-	-	-	699	-	699
Outros passivos	9.276	67.037	1.259	-	-	77.572
Total do passivo	15.927	67.104	84.125	10.387	-	177.543
Total do patrimônio líquido	-	-	-	-	1.063.668	1.063.668
Total em 31 de dezembro de 2022	15.927	67.104	84.125	10.387	1.063.668	1.241.211
Total em 31 de dezembro de 2021	20.853	69.692	77.318	7.287	932.424	1.107.574

24) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Resultados recorrentes e não recorrentes

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, apresentamos abaixo os resultados recorrentes e não recorrentes dos períodos:

No exercício de 2022 o resultado contábil da Instituição foi de R\$ 132.502 mil, sendo todo este valor tratado como resultado recorrente.

No exercício de 2021 o resultado contábil da Instituição foi de R\$ 97.842 mil, sendo todo este valor tratado como resultado recorrente.

b) Gerenciamento de Riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos e da globalização dos negócios da Organização, motivo de constante aprimoramento desta atividade na busca das melhores práticas.

A Organização exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil da atividade da Organização.

A BRAM possui estrutura e governança de gerenciamento de risco própria, da qual participam membros integrantes da Organização no acompanhamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Resolução CMN nº 4.966 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de hedge, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

A nova norma estabelece que todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, classificados conforme o modelo de negócio e mensurados de acordo com as características dos fluxos de caixa contratuais do instrumento avaliado, em uma das três categorias: custo amortizado, valor justo em outros resultados abrangentes e valor justo no resultado.

No que tange a mensuração inicial, a norma estabelece que ativos e passivos financeiros devem ser avaliados pelo valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Nas mensurações subsequentes, os instrumentos serão objeto de reavaliação pelo valor justo ou pelo custo amortizado, conforme sua classificação inicial. Para os instrumentos financeiros classificados como custo amortizado ou valor justo em outros resultados abrangentes, as receitas e encargos serão apropriados ao resultado utilizando-se o método de juros efetivos.

Com relação a provisão para perdas de crédito a Resolução CMN nº 4.966, estabelece critérios aplicáveis a todos os ativos financeiros e às operações de garantias financeiras prestadas e limites de crédito. A classificação das perdas está dividida em 3 (três) estágios e deve ser aplicada desde o reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros migrarão de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir.

O Banco Central do Brasil (Bacen) ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

A Organização Bradesco preparou um plano formal, aprovado internamente em sua governança, com as ações necessárias e detalhadas para adoção da nova norma a partir de 1º de janeiro de 2025. O Plano de Implementação foi estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança, identificar aspectos sistêmicos e disseminar os conceitos através de treinamento de colaboradores.

A Organização Bradesco vem avaliando a aplicação da referida norma e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

Instrução Normativa BCB nº 319 - Em 04 de novembro de 2022 o Bacen emitiu a Instrução Normativa nº 319 que revoga a Carta Circular nº 3.429, de 11 de fevereiro de 2010, que esclarece acerca dos procedimentos para o registro contábil das obrigações tributárias em discussão judicial. A nova norma deve ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2023 e não são esperados impactos relevantes.

d) Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo as decisões posteriores sobre a chamada “coisa julgada”. Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Instituição iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não geram impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A DIRETORIA

Silvio José Alves – Contador – CRC 1SP202567/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105 – Torre A, 12º Andar,
Chacára Santo Antônio, CEP 04711-904 - São Paulo – SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Cotistas e aos Administradores da
BRAM – Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BRAM – Bradesco Asset Management S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“BRAM DTVM” ou “Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRAM DTVM em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Instituição.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP-206103/O-4



bradesco
asset management